

Impasse no aumento escolar

CEDF ainda não definiu como vai ser o congelamento

Educação

BETH MUNHOZ

O Conselho de Educação do DF ainda não tem posição firmada sobre o critério que será usado para determinar o valor congelado das semestralidades escolares. Na sua reunião de ontem, o assunto começou a ser tratado, mas a discussão só será retomada na próxima segunda-feira, quando os conselheiros pretendem tomar uma decisão definitiva.

Não está claro para os conselheiros, também, se as escolas que não tiveram seu pedido de reajuste homologado até o dia 12, início do novo congelamento, terão direito a este aumento. Mas isto quem tem competência para decidir é a Secretaria Especial de Administração de Preços e o CEDF está esperando resposta do órgão à consulta enviada no final da semana passada.

— Se as escolas que ainda não tiveram seu reajuste homologado realmente perder o direito a este reajuste, isso vai inviabilizar o funcionamento de muitos estabelecimentos — observa o presidente do Conselho de Educação, Gildo Willadino. Na consulta enviada à SEAP, Willadino defende a manutenção do direito de todas as escolas ao reajuste.

Dos 169 estabelecimentos apenas 127 já tinham tido seu pedido de reajuste homologado pelo Conselho até o dia do congelamento. Dos outros 42, 22 já haviam entrado com seus pedidos e estes estão sendo examinados "sob condição". Isto quer dizer que caso os reajustes sejam concedidos, eles só podem ser cobrados caso a SEAP autorize.

Quanto ao critério a ser utilizado para o congelamento das semestralidades, os conselheiros estão divididos entre duas alternativas. Uma, defendida pelo conselheiro proprietário do Inei, Aloísio de Brito, e pelo conselheiro José Teixeira Nazareth, é congelar o valor da última prestação paga — a maior de todas.

Já os conselheiros Walter Garcia e Jacques Velloso acham que a semestralidade deve continuar sendo tratada como um todo. Eles defendem o cálculo da prestação congelada a partir da média das prestações pagas durante o semestre, o que permitirá manter o valor da semestralidade.

Ontem, o CEDF recebeu um abaixo-assinado de cerca de 2 mil alunos da UDF solicitando auditoria nas contas da escola. Segundo o presidente do Conselho, o abaixo-assinado deve ser enviado à Câmara de Legislação e Normas para a análise dos aspectos legais do pedido.

Desde que passou a fixar os reajustes escolares com base nos aumentos com gastos de pessoal, o Conselho tem sido alvo de freqüentes críticas de pais e de alunos por se basear em balanços e documentos apresentados pelas escolas que, no entender destas pessoas, podem estar distorcidos.